
Comunicação Popular em Movimentos Sociais Rurais: o Adeus ao Modelo de “Difusão de Inovações”¹

Cicilia M. Krohling PERUZZO²

Resumo

Este estudo discute o tema da comunicação popular e comunitária no contexto de experiências de desenvolvimento rural comunitário. Indaga-se sobre como ocorre o processo de renovação do saber popular e dos padrões tradicionais de uso de uma “comunicação para o desenvolvimento” em uma outra comunicação, orgânica aos interesses e necessidades dos próprios movimentos sociais. Objetiva-se identificar as práticas comunicativas inter-relacionadas aos processos de geração de conhecimento coletivo e sistemas de cooperação. O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica, documental e em entrevistas em profundidade junto a lideranças comunitárias. Conclui-se que os princípios da Teoria da Modernização deixam de ser incorporados nessas práticas porque não satisfazem as necessidades de desenvolvimento local comunitário baseados na autonomia, cooperação e partilha.

Palavras-chave: Comunicação popular; Comunidade; Desenvolvimento comunitário.

Introdução

Este texto aborda uma perspectiva crítica da Comunicação na América Latina, aquela alinhada à comunicação popular, comunitária e alternativa, ou comunicação participativa, comunicação para a cidadania e comunicação para a mudança social, para ressaltar termos amplamente utilizados para caracterizar esse fenômeno comunicativo no continente latino-americano. Sob expressões como estas, pratica-se e estuda-se a comunicação no contexto de comunidades, movimentos sociais populares e outras organizações civis sem fins lucrativos, em suas lutas para modificar situações de falta de respeito aos direitos humanos nas diferentes esferas da vida social, as carências de acesso a bens de consumo coletivo (em educação, saúde etc.), as situações de discriminação de gênero e cultural, problemas de trabalho e renda, de participação política etc. Portanto, trata-se de uma estratégia comunicacional que desenvolve formas e meios próprios de comunicação e os usa segundo suas próprias visões de mundo e necessidades de comunicar.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Pesquisa desenvolvida com o apoio do “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq”. Versão parcial do texto em espanhol intitulado “Comunicación popular y conocimiento en movimientos sociales rurales: el adiós al modelo de “Difusión de Innovaciones” publicado no livro “Desbordes comunicativos”, organizado por Victor Manuel Marí Saez e Gonzálo Ceballos Castro, Madrid, Fraga, 2018.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi e professora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - E-mail: kperuzzo@uol.com.br

Contudo, dadas as limitações deste texto, não é viável aprofundar, pelo menos neste momento, os conceitos, características e configurações gerais desta outra comunicação. No entanto, a intenção é entender a práxis comunicativa desenvolvida, desde as bases, nos territórios estudados, como essa perspectiva comunicacional está presente, com o objetivo de confrontar brevemente a práxis organizativa comunitária com os conceitos originais da “comunicação para o desenvolvimento”. Os territórios aos quais me refiro são as experiências de desenvolvimento rural comunitário constituídas em uma área do semiárido do nordeste brasileiro, onde atua o Polo da Borborema (Borborema, estado da Paraíba). A outra experiência de referência é uma comunidade de assentados, a Copavi,³ em Paracity, estado do Paraná, também no Brasil.

Desse modo, parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: como ocorre o processo de renovação dos padrões tradicionais de uso de uma “comunicação para o desenvolvimento” em outra comunicação, vinculada aos interesses e necessidades dos próprios movimentos sociais? Neste sentido, o presente texto tem os seguintes objetivos: a) compreender as principais formas de organização popular/comunitária dos trabalhadores rurais (famílias de agricultores); b) entender como a comunicação se insere em atividades que conduzem a mudanças significativas na vida das pessoas que participam das novas práticas de trabalho comunitário; c) identificar as formas e meios comunicativos inter-relacionados com os processos de geração do conhecimento coletivo e os sistemas de cooperação.

O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica e documental, observação direta assistemática e entrevistas em profundidade baseadas em relatos de práticas (Bertaux, 2005) junto a líderes comunitários. Por uma questão de limites de espaço e porque o texto tem uma perspectiva mais analítica, não foram incluídas transcrições de entrevistas.

1. Breve fundamentação teórica.

Do ponto de vista conceitual, essa outra comunicação – a comunicação popular, comunitária e alternativa – nasce principalmente de duas matrizes teórico-epistemológicas: a) A primeira perspectiva teórica inspira-se no conceito de cidadania, e caracteriza-se pela utilização de modo conjunto dos três termos – comunicação “popular”, “comunitária” e “alternativa” – ou pelo uso específico de algum destes três termos, dependendo do contexto das práticas sociais e das bases teóricas que as inspiram. Em sentido mais amplo, são práticas conhecidas (e reconhecidas), no Brasil e em alguns países da América Latina, como os de

³Cooperativa de Produção Agropecuária União da Vitória

“comunicação e cidadania”, “comunicação para a cidadania” ou “comunicação para a transformação social”. No fundo, trata-se de uma comunicação comprometida com os movimentos sociais e organizações de base popular sem fins de lucro, que se orienta à transformação da realidade, entendida no sentido de aprofundar e ampliar a conquista dos direitos de cidadania. b) A segunda perspectiva teórica é a da “comunicação para o desenvolvimento e mudança social”, expressão mais usada desde os anos 2000 em muitos países da América Latina e Europa para caracterizar processos similares de comunicação em comunidades e movimentos sociais. Nos referimos à linha teórica que provem das ressignificações das concepções de comunicação e desenvolvimento, entendido este como um processo de mudanças desejável desde um tipo de (sub)desenvolvimento –o de precárias condições de existência–, a outro, através da busca de soluções a problemas socioeconômicos locais, mas com ampla participação popular. Nesse âmbito, originariamente, gestou-se a chamada “comunicação e desenvolvimento”, em um contexto de interesses por uma “modernização” das sociedades. Mais tarde, esta perspectiva foi reformulada como “comunicação para a mudança social”. No entanto, as duas expressões continuam vigentes em diferentes países, algumas vezes empregadas com sentido diferente e outras não.

A primeira perspectiva teórica tem sido mais usada, entre outros países, no Brasil e Argentina, mas a segunda impregnou a investigação dessa outra comunicação na maioria dos países da América Latina e de outros continentes, como Europa, África e Ásia. Hoje em dia, ambas perspectivas teóricas podem referir-se, em última instância, a um mesmo processo: o da comunicação desde os segmentos organizados da sociedade civil, como os movimentos sociais, as organizações populares e as comunidades. Porém, historicamente – na década de 1950 e nas seguintes – as matrizes conceituais da segunda perspectiva foram marcadas por uma posição epistemológica distinta, bajo la denominación “comunicação e desenvolvimento”. Ou seja, a comunicação e desenvolvimento, ou comunicação para o desenvolvimento, nasce com alguns propósitos diferentes dos que acabamos de apresentar como de comunicação para a cidadania e a comunicação para a transformação social, enquanto formas de comunicação libertadoras frente a realidades concretas de opressão.

A proposta da “comunicação e desenvolvimento” surge na literatura na metade do século XX (final dos anos 40 e durante os 50) com um sentido instrumental: o objetivo era usar os meios de comunicação como instrumentos de disseminação de informações, ideias e valores favoráveis ao desenvolvimento capitalista, baseado nos padrões dos países

ocidentais, então “desenvolvidos”, como Estados Unidos e países da Europa. Além da cumplicidade com os programas de desenvolvimento implementados, de instituições governamentais e privadas, os meios de comunicação atuavam como mediadores para persuadir as populações a favor do desenvolvimentismo, e para a difusão de inovações tecnológicas, produtos e costumes. O fundamento é a teoria da modernização, a qual defende como necessário “modernizar” as sociedades com base na concepção de desenvolvimento como progresso, e do progresso como desenvolvimento econômico e tecnológico. Para esta concepção de desenvolvimento as nações que não alcançaram os padrões de desenvolvimento dos países ricos – tidos como desenvolvidos – seriam subdesenvolvidos – ou periféricos – e, para saírem dessa situação deveriam seguir os modelos de industrialização dos países centrais e adotar suas tecnologias e padrões de produção e consumo. Porém, a estratégia de fundo foi a expansão do capital e do mercado capitalista monopolista em favor de grandes corporações norte americanas e europeias. O que se verifica é a expansão das tecnologias, dos produtos e dos serviços – não a transferência do *know how*.

No centro dessa estratégia também se produz, de alguma forma, a difusão de uma posição epistemológica, uma visão do mundo etnocêntrica, que nunca reconheceu, como algo digno de ser respeitado, o sentido das culturas e o tipo de conhecimento e desenvolvimento dos países onde interviam. Pelo contrário, esses povos eram vistos como atrasados, possuidores de tradições que impediam o desenvolvimento e que, portanto, precisavam ser mudadas. Não consideravam que o problema poderia estar no modelo difusionista. A estratégia não era desenvolver esses países, mas expandir o capital em benefício dos desenvolvidos, começando pelos Estados Unidos. Como disse Paul Baran (1964), os "principais impedimentos para o desenvolvimento não são a falta de capital e de capacidade gerencial, como sustentam os teóricos da modernização, mas [...] que o desenvolvimento do centro determina e perpetua o subdesenvolvimento da periferia" (apud SERVAES, 2004, p.31). Nesse mesmo sentido, para Celso Furtado (1973, p.8), o subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento: além de atender à lógica da produção nos países centrais, gera dependência do capital estrangeiro.

Além de não levar em conta as culturas locais ou suas especificidades, o modelo difusionista não respeita o meio ambiente, nem a saúde do trabalhador, nem a saúde pública, pois os agrotóxicos e demais produtos químicos são fortes componentes dessa política. Certamente, junto com as inovações tecnológicas e técnicas, os impulsionadores desse modelo disseminaram uma cultura sociopolítica por meio de novas visões de mundo, além

de desprezar o conhecimento local. A publicidade, as notícias e os filmes divulgados pela mídia contribuíram para esses propósitos, da mesma forma que as informações institucionais transmitidas pelos técnicos de organismos públicos e privados.

Isto é, inicialmente, a comunicação para o desenvolvimento esteve associada e a serviço da difusão de inovações. Foi vista como algo importante para instrumentalizar – informar, convocar, "disseminar ideias", "ampliar horizontes", "mudar atitudes", "ajudar a formar gostos" (SCHRAMM, 1976) –, com a intenção de facilitar a implementação de políticas e práticas de programas de desenvolvimento baseadas na promessa de progresso.

Os ilustres expoentes desta abordagem teórica, os pioneiros Everest Roger, Daniel Lerner e Wilbur Schramm, deixaram alguns conceitos de comunicação e desenvolvimento⁴ que influenciaram as práticas e as pesquisas subsequentes em todo o mundo. Schramm até teve sua proposta de comunicação para o desenvolvimento adotada pela ONU após a Segunda Guerra Mundial (1945). Ele acreditava que a mídia tinha "o papel de acelerar o desenvolvimento econômico, superando etapas no processo de socialização cultural" (PERUZZO, 2014, p.16).

Em suma, esse modelo de desenvolvimento, que tanto se expandiu em diferentes continentes, deixou pegadas prejudiciais. Se, por um lado, beneficiou e enriqueceu alguns setores, por outro, causou o empobrecimento de grande parte das populações locais, além da destruição do meio ambiente e o aumento da poluição e dos riscos à saúde pública.

Seguindo o exemplo do movimento "países não alinhados", surgiram reações em várias frentes. É o caso do processo de discussão gerado pelos estudos sobre a Ordem Internacional da Informação (OII) e os estudos sobre a proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic). Nesse sentido, um dos documentos mais significativos das pesquisas realizadas em nível internacional foi o Relatório MacBride ("Um Mundo e Muitas Vozes")⁵, finalizado em 1979.

Em todo o mundo, e com grande participação da ONU, foram realizadas conferências internacionais, trabalhos em comissões, convenções (Biodiversidade, Agenda 21 etc.), que serviram para formular novas propostas de desenvolvimento: humano, endógeno, local, sustentável, integral, participativo, entre outros termos. Até se chegou a falar de outro desenvolvimento.

⁴ Ver Gumucio-Dagron e Tufte (2008), uma obra que reúne contribuições destes e de mais outros 147 autores.

⁵ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>

Então, como a comunicação implica em "tipos" de desenvolvimento e num debate sobre o desenvolvimento em um determinado tempo, foram surgindo diferentes conceitos de desenvolvimento. Tanto que, desde os anos 1980 e 1990, aparece, pelo menos no Brasil, a proposta de "comunicação para a cidadania", expressão que se contrapõe à originária "comunicação e desenvolvimento" adotada em outras partes do mundo desde, pelo menos, três décadas anteriores. Já nos anos 2000, em outros países da América Latina, é ressignificada de "comunicação e desenvolvimento" para "comunicação para o desenvolvimento e mudança social", apesar do fato de as práticas sociais avançarem no sentido de "outro desenvolvimento" também sob a mesma denominação tradicional.

No entanto, é necessário reconhecer que todas essas propostas seguiram a perspectiva do desenvolvimento ocidental, ou seja, sem se descolar das ideias embutidas no modelo de desenvolvimento dos países ricos (SILVA, 2011). A proposta que, no final da primeira década do século XXI, mostra sinais de tentativas de mudar essa perspectiva é a do bem viver (SCHAVELZON, 2015; ESTEVA, 2009) ou, em outras línguas, *sumak kawsay* (quechua) ou *sumaj qamaña* (aimará).

Voltando à questão da comunicação para a mudança social, Amparo Cadavid (2014, p.41). esclarece que não é "uma nova maneira de chamar um conceito antigo, mas um nome novo para uma nova compreensão da força e capacidade que tem a comunicação que parte do povo" No entanto, esta não é uma visão unânime. Victor Marí (2016, p.160), acredita que o debate entre a *comunicação para o desenvolvimento e a comunicação para a mudança social* é "estéril, na medida em que, nas palavras de Florencia Enghel [...], são expressões inadequadas e insuficientes para enfrentar problemas de natureza sócio-política". Para Marí (2016) e Chaparro (2015, p.77), nas palavras do último, "o problema fundamental da denominação 'mudança social' é que o significado da palavra 'mudança' não se move em uma direção concreta e pode ser promovida a partir de muitas posições dentro do espectro ideológico". De qualquer forma, os aspectos centrais da proposta teórica da comunicação para a mudança social, segundo Alfonso Gumucio-Dagron (2014), estão inscritos na participação democrática, a horizontalidade das decisões, a valorização das identidades e da cultura e as relações dialógicas.

Nesse sentido, os conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa entrecruzam-se com os da comunicação para a mudança social. Essa outra comunicação, em síntese, expressa o protagonismo de segmentos da população descontentes com a realidade opressiva do bairro, com as condições de trabalho, o acesso à terra, a discriminação social,

os problemas da juventude e da infância etc., em suas lutas pela conquista dos direitos humanos e da cidadania, e pela transformação da realidade.

2. O impulso de um outro desenvolvimento a partir das práticas

2.1 Aspectos contextuais

Borborema é uma região do nordeste brasileiro no estado da Paraíba, com uma área de 3.341,70 km², composta de 21 municípios e uma população de 671.244 habitantes, dos quais 143.258 vivem na área rural, o que corresponde a 21,34% do total. Na área rural, estão concentrados 24.725 membros de famílias de agricultores e 1.661 famílias assentadas (do MST)⁶ e três comunidades quilombolas⁷ (O TERRITÓRIO, S.d.).

Para esta pesquisa, delimita-se a parte em que atua o Polo Sindical da Borborema,⁸ isto é, uma organização que opera em 15 (75%) dos 21 municípios do território. É formada por uma rede de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais – no entanto, não todos os existentes, pois ainda há aqueles que agem de acordo com os padrões do sindicalismo rural tradicional –, e aproximadamente 150 associações comunitárias. O polo é assessorado por várias ONGs, como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)⁹ e a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia.¹⁰

O território da Borborema está localizado em uma região semiárida do nordeste brasileiro, também identificada como sertão, por causa das condições de clima seco e quente durante a maior parte do ano. Somam-se a essa configuração geográfica outros fatores, como a concentração da propriedade da terra e a difusão de políticas que ajudaram a gerar condições de erosão da terra – em parte devido ao uso permanente de agrotóxicos –, a exaustão causada pelas monoculturas e a extração discricionária de recursos hídricos. O polo da Borborema e os sindicatos que o formam criaram formas coletivas de organização e práticas comunitárias, além de estarem comprometidos com a promoção da agricultura familiar baseada na agroecologia, o que gera melhorias na qualidade de vida.

Em relação à Cooperativa de Produção Agropecuária União da Vitória (Copavi), é uma comunidade autogestionária originada em um dos assentamentos do Movimento dos

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁷ Comunidades formadas por remanescentes de quilombos, ou comunidades com predominância de população negra, descendentes de ex-escravos.

⁸ Ver: <http://aspta.org.br/category/videos/?programas=programa-paraiba>

⁹ Ver: <http://www.asabrasil.org.br/>

¹⁰ Ver: <http://aspta.org.br/>

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).¹¹ Está localizada em Paranacity, noroeste do estado do Paraná, no sul do país, a quase 500 km de Curitiba, a capital do estado. Originalmente (em 1993), uma fazenda, depois improdutiva, foi ocupada por militantes do MST, a fazenda Santa Maria, de 236 hectares. Eles perderam suas terras por conta das hipotecas bancárias feitas como garantia para empréstimos durante o período do desenvolvimentismo, encorajados pelo governo militar no contexto da estratégia de modernização e industrialização do país, de acordo com os parâmetros da expansão do capital internacional que apresentamos no início deste texto.

A Copavi¹² adota a propriedade coletiva, pois, conforme dissemos, é um assentamento dos trabalhadores rurais ligados ao MST. No entanto, também é composto de agricultores familiares. Cada família (cerca de 20) recebe um pequeno espaço de terra onde tem a sua casa, mas a terra de cultivo e os espaços de produção são coletivos. A Copavi é definida como um empreendimento de economia solidária, mas, na verdade, é uma comunidade onde existem identidades políticas e ideológicas, interesses compartilhados e um alto nível de participação de todos, tanto no trabalho quanto no poder de decisão. Está organizada para o trabalho e a gestão coletiva do ponto de vista da autogestão. Todo o produto do trabalho é compartilhado de forma equitativa e há uma alternância nas funções de produção e gestão.

2.2 Mudanças do ponto de vista das práticas

Antes de discutir as mudanças, apresentamos brevemente os aspectos centrais das formas de organização e estratégias de ação adotadas por cada uma das experiências abordadas neste texto. Ambas executam programas que envolvem, no caso do Polo da Borborema, agricultores que possuem pequenos lotes de terra, onde trabalham independentemente para sua própria sobrevivência; e, na Copavi, que também envolve agricultores, mas em uma área de propriedade coletiva, onde trabalham cooperativamente para extrair recursos para seu próprio sustento.

Especificamente, no Polo da Borborema, os programas aos quais nos referimos são: Agroecologia (Banco de Sementes, geração de fertilizantes, e inseticidas naturais); recursos hídricos (construção de reservatórios – P1CM¹³ e P1 + 2¹⁴); Fundo Rotativo Solidário (para

¹¹ O MST foi criado em janeiro de 1984 e é um dos movimentos sociais mais bem-sucedidos do Brasil atualmente.

¹² Ver: <http://cirandas.net/cooperativa-de-producao-agropecuaria-vitoria-ltda>

¹³ Reservatório que armazena água potável para beber, cozinhar e tomar banho.

¹⁴ Reservatório que armazena água para os animais e para o pomar e árvores frutíferas.

a criação de animais, construção de fogões ecológicos, de cisternas etc.); Saúde e Alimentação (hortas caseiras, árvores frutíferas, produção sem agrotóxicos); Comercialização (feiras agroecológicas, venda de alimentos para a merenda escolar); Troca de Agricultores etc.

Cada programa tem suas finalidades e desempenha um papel importante no conjunto. Por exemplo, o Banco de Sementes é um banco comunitário que reúne sementes produzidas pelos próprios agricultores, sem agrotóxicos, para serem distribuídas na época da semeadura. Elas são chamadas de "Sementes da Paixão", porque representam uma declaração de amor tanto ao conhecimento de seus antepassados (herança familiar) quanto às espécies que se adaptam melhor (adaptabilidade e produtividade) às condições climáticas do clima do semiárido. Com mais de 60 unidades e desde há mais de 40 anos, esses bancos reservam e conservam sementes de feijão, milho etc. em ambientes familiares, para compartilhá-las depois, gratuitamente, entre os agricultores participantes do programa.¹⁵ Do ponto de vista organizacional, cada família contribui doando uma pequena parte da sua produção e, no momento da semeadura, recebe outra parte de sementes bem conservadas.

Essa estratégia é uma alternativa e, ao mesmo tempo, uma rejeição à oferta de sementes transgênicas de programas governamentais de apoio à agricultura. Portanto, é uma maneira de dizer não a um programa de desenvolvimento herdado dos esquemas modernizadores e difusionistas mencionados acima.

É necessário esclarecer os aspectos que caracterizam a organização liderada pelo Polo da Borborema. É uma organização sindical, mas de base comunitária, formada por famílias de agricultores, donos de pequenas propriedades. Portanto, o compromisso é com a agricultura familiar e com formas coletivas de organização frente aos problemas que afetam o mundo rural. Uma das conquistas é justamente a concretização de alternativas que possibilitem a sobrevivência no semiárido e, talvez, também a redução do desejo de emigrar.

Em relação à Copavi, os programas desenvolvidos estão organizados nos seguintes setores: a) *Produção*: cultivo da cana-de-açúcar (para fabricação de cachaça e açúcar mascavo), pecuária (para produção de leite, iogurte e queijo), cultivo de cereais, legumes e verduras e produção de alimentos de panificação (pães, doces, biscoitos etc.); b) *Suporte* (serviços de administração, tecnologia, comércio etc.); c) *Comercialização*: venda de

¹⁵ Projetos semelhantes existem em outras partes do Brasil e, no geral, são chamados de "Semente Crioula".

alimentos para a merenda escolar (pães, derivados do leite) e para o comércio local (açúcar mascavo no atacado etc.), além de bebida destilada para exportação (cachaça).

São programas executados a partir de estratégias discutidas coletivamente e implementadas pela participação ativa de todos. O produzido é para o consumo das famílias. O excedente é dedicado à comercialização e os recursos derivados são destinados à remuneração pelo trabalho, à manutenção e reinvestimento na própria cooperativa.

Como já esclarecemos anteriormente, a Copavi adota um sistema organizacional formal de cooperativa de agricultores, mas atua como uma comunidade que trabalha por meio da autogestão. Portanto, sem hierarquia, com participação ativa de todos em todos os processos de decisão, com alternância de funções (todos passam por diferentes tipos de trabalho) e remuneração equitativa (embora um pouco maior para o trabalho mais pesado). Há também liberdade de adesão (a permanência ou não como membro da cooperativa é livre).

Existe uma opção clara pela produção agroecológica, tanto para fornecer alimentos saudáveis a si próprios quanto para oferecer produtos de boa qualidade à sociedade.

As mudanças na realidade produzidas por ambas as experiências são muito significativas, em diferentes níveis: em termos de superação de dificuldades (pobreza, terras desgastadas, cultura machista e individualista, estereótipos etc.), na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento organizacional de base popular, na ressignificação e geração de conhecimento, na produção agroecológica, no papel ativo das mulheres, na criação de um caráter colaborativo e comunitário, bem como nas mudanças na construção do conhecimento e na comunicação.

3. O adeus ao "modelo" de difusão de inovações

As experiências do Polo da Borborema e da Copavi representam um questionamento das premissas e estratégias da teoria da modernização, e a consequente estratégia de difusão de inovações do Ocidente para a América Latina, que no Brasil ganhou força a partir de 1960, sob a ditadura militar (1964-1985).

Primeiro, porque são expressões de negação do agronegócio,¹⁶ instituindo a agricultura familiar e a produção agroecológica. Em contraposição com a monocultura de algodão, tabaco, cana-de-açúcar, soja etc., ao uso de produtos químicos e à exportação de matérias-primas por grupos econômicos – até mesmo de capital estrangeiro –, são geridos,

¹⁶ No entanto, este está em toda parte no ambiente, porque ainda é o modo predominante de negócios no campo

com base nos núcleos familiares (pequena propriedade privada ou propriedade coletiva), vários tipos de culturas agrícolas com o objetivo principal de produzir alimentos, além de desenvolver sistemas de fertilização de terra e inseticidas naturais com recursos da natureza de cada região. Em vez de sementes transgênicas fornecidas por grandes empresas, são resgatadas sementes nativas, livres de produtos químicos. Em vez de comprar sementes ou usar aquelas doadas por programas governamentais, elas são distribuídas gratuitamente por meio do sistema de cooperação mútua dos bancos comunitários de sementes.

Segundo, porque essas experiências, enquanto questionam um "modelo" de desenvolvimento, também explicitam que é possível a construção de alternativas concretas para o desenvolvimento comunitário. Um desenvolvimento participativo, cujos benefícios retornam aos sujeitos que os geraram e que implica um respeito pela natureza – já que é agroecológico e, portanto, sem destruição do meio ambiente, algo que ocorreria no sistema da abordagem modernizadora com base no desenvolvimentismo.

Em relação à Copavi, outro tipo de confronto pode ser adicionado ao modelo tradicional: o sistema de propriedade privada¹⁷ é colocado em xeque, ao estabelecer a propriedade coletiva da terra na qual vivem e trabalham as famílias agricultoras. Diante de todo esse processo de transformação, cabe perguntar-se: qual seria o novo "modelo" de desenvolvimento que está sendo construído? Não é possível falar de "modelo" de desenvolvimento, mas as experiências estão mais próximas das propostas de desenvolvimento participativo (SERVAES, 1996; PERUZZO, 2014). Têm um selo local, são autossustentáveis, transcendem o econômico, favorecem o crescimento integral das pessoas e são de natureza comunitária.

Em resumo, em ambas as experiências é desenvolvida a cooperação (entre sindicatos; associações; agricultores e ONGs; instituições civis; organismos dos governos federal e estadual etc.); o compartilhamento (construção de cisternas, Banco de Sementes, Fundo Solidário, compartilhamento de produtos e do rendimento do trabalho, compartilhamento de conhecimento); a participação ativa (aberta a todos e em diferentes instâncias e projetos) e respeito às condições locais (recuperação da produtividade da terra, valorização de espécies nativas, soluções baseadas em recursos da própria natureza).

4. Como o desenvolvimento participativo afeta a comunicação feita desde a base?

¹⁷ A propriedade coletiva é característica de todos os assentamentos do MST. Em geral, ao conquistar a terra, ela é dividida entre os assentados.

Na realidade estudada – municípios como Areial, Esperança, Queimadas, Remígio, Solânea, Massaranduba e Montadas (Paraíba) e em Paranacity (Paraná) –, a comunicação popular e comunitária (que pode ser chamada de outra forma, como comunicação para a cidadania) manifesta-se assim:

1º) Comunicação como processo. Neste texto, *processo* é entendido como algo dinâmico, com múltiplas faces, inserido nas amplas dinâmicas de mobilização, organização e ação comunitárias. *Processos* que incluem a comunicação como parte do todo, como:

[...] práticas factíveis de serem reconhecidas como espaços de interação entre sujeitos nos quais se verificam processos de produção de sentidos, criação e recriação de significados, gerando relações nas quais esses mesmos sujeitos [protagonistas] se constituem individual e coletivamente. Práticas nas quais intervém a mídia, como componente fundamental em uma sociedade que chamamos de “midiatizada”, como uma parte indiscutível do processo de construção do real, mas nunca como a única variável (VARGAS; URANGA, 2010, p.85).

Portanto, a comunicação manifesta-se como um processo e, nos processos sócio organizacionais, como facilitadora das relações coletivas, interpessoais, intra e intergrupais, como elemento que ajuda a tecer ou coordenar as ações,¹⁸ como a mediação na educação informal e nas relações externas com setores do sistema educacional municipal e estadual, órgãos públicos governamentais etc.

Neste contexto, há uma dimensão educacional muito forte, na qual as intersecções entre Comunicação e Educação¹⁹ são visíveis. Elas estão presentes no nível da educação informal e não formal em ambas as experiências. É uma dimensão que está inserida nas dinâmicas do dia a dia. Por outro lado, na Copavi, a educação formal também é altamente valorizada, por meio da formação universitária de jovens e adultos, e do reforço do que é ensinado nas escolas às crianças.

2º) Comunicação como diálogo. Paulo Freire (1977) critica a comunicação vertical (transmissão de informação e de saber) do engenheiro agrônomo para o agricultor, ao tentar convencê-lo a mudar hábitos e tradições e adotar os novos padrões no trabalho com a terra, segundo os parâmetros já comentados do difusionismo²⁰ e seu modo de modernizar o campo. Em contraposição a esse tipo de invasão cultural, Freire propõe a comunicação humana como diálogo, o que implica reconhecer o outro como sujeito e não como objeto. Ser dialógico,

¹⁸ Ver González (2012).

¹⁹ Ver Deliberador e Rampazzo (2006).

²⁰ Ver Peruzzo (2014).

como disse Freire (1977, p. 43), "é vivenciar o diálogo, não invadir nem manipular, tampouco impor. É empenhar-se na transformação constante da realidade".

Assim, quando falamos da comunicação dos próprios grupos, a comunicação dialógica – face a face, grupal e entre grupos e instituições – é a mais importante forma de comunicação existente nas experiências estudadas. Trata-se de comunicação interpessoal, principalmente oral e presencial, que torna viável a disseminação de informações, a troca de saberes e a toma de decisões. Um processo inserido na vida cotidiana, que ajuda a mobilizar pessoas e, por fim, facilita a coordenação de ações, como alta expressão comunicativa da capacidade de resiliência.

3º) Formas e meios de comunicação mais comuns. Como apontamos, a comunicação interpessoal, grupal e intergrupal é de extrema importância nas realidades estudadas. Ela se produz tanto por meio de contatos diretos entre pessoas quanto nos encontros presenciais (reuniões, troca de saberes e ideias,²¹ atividades de formação educacional e política, discussão de assuntos de interesse local e orientação de propostas, elaboração de planos, avaliação etc.). No entanto, existem outras formas (Marcha das Margaridas – manifestação coletiva contra o machismo –, poesias etc.) e mídia (canais) de comunicação que se misturam. Além de celulares e smartphones, mais comuns hoje em dia, até mesmo no campo, são confeccionados boletins impressos,²² pôsteres, vídeos documentários, programas de rádio²³ e, dependendo das condições, mas em baixa escala pelo menos até o momento, também são usadas mídias digitais (sites, blogs) e redes sociais (perfis) na internet. Esses espaços na internet, assim como os vídeos, são elaborados pelas entidades de assessoria e colaboradores (pessoas e instituições), mais do que pelas próprias organizações locais, mas, em geral, elas participam da elaboração. Os meios de suporte tecnológico tornam-se mais presentes e úteis nas relações externas, isto é, para difundir as ações e discutir questões de interesse social e, desta forma, comunicar-se com a sociedade, de acordo com as necessidades e estratégias de cada situação.

Considerações finais

²¹ Troca que o diálogo favorece, mas é possível ir além disso. Por exemplo, no Pólo da Borborema existe um programa chamado de "Agricultores experimentadores", que consiste na troca de experiências concretas baseadas em práticas. Por exemplo, se um agricultor ou uma comunidade implementou um sistema novo de irrigação de pomares, a experiência é compartilhada com agricultores em outras áreas, como uma forma didática de socialização do conhecimento.

²² Os boletins impressos não são do tipo informativo tradicional. São boletins documentários, pois falam de experiências bem-sucedidas em geral, usando exemplos de famílias que inovaram em suas práticas.

²³ Produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remígio, da Paraíba, e transmitido por uma emissora de rádio local.

Levando em conta tudo o que foi refletido neste capítulo, pode-se dizer que existem dois "modelos" de desenvolvimento conflitantes. Um, na linha do desenvolvimentismo, em favor da monocultura e do agronegócio, que ainda predomina no ambiente das experiências analisadas, e outro em favor da agricultura familiar, da agroecologia e da produção de alimentos.

Nessa segunda perspectiva, os princípios da Teoria da Modernização deixam de ser incorporados às práticas descritas porque não atendem às necessidades de desenvolvimento local e comunitário. Isto é, um desenvolvimento de caráter participativo e guiado pela ideia de que as soluções para os (grandes) problemas sociais e econômicos locais requerem novas práticas e novos orçamentos, e parâmetros conceituais baseados na autonomia, a cooperação e o compartilhamento.

Sob a Teoria da Modernização, que gerou a lógica da difusão de inovações, as mídias são usadas como instrumentos para difundir promessas de progresso, bem-estar e padrões de consumo de produtos industrializados – dos produtos químicos ao leite para crianças. Só que o aparente objetivo de favorecer o bem-estar social, é subvertido pela meta de aumento do lucro e a ampliação das bases de expansão do capital internacional.

No caso dos movimentos sociais, a comunicação faz parte de um processo de mobilização, organização e ação popular para conscientizar, mobilizar, trocar conhecimentos e tecer relacionamentos, mas com um propósito humano. A comunicação popular e comunitária desenvolvida está em sintonia com as condições e necessidades dos movimentos e das próprias comunidades. Predomina a comunicação horizontal, dialógica, que incorpora outros significados, como o de ser facilitadora da coordenação de ações, bem como integrar outros canais e formas comunicativas de acordo com as necessidades e condições dos movimentos e comunidades.

Neste contexto, há uma mudança nos padrões convencionais de cultivo e propriedade da terra. É valorizado e renovado o saber popular, e a realidade é transformada na medida em que outras perspectivas de desenvolvimento são implementadas. Portanto, a comunicação é constituída em processo dentro de outros processos e é confundida com eles. A comunicação e o conhecimento interligam-se na constituição de alternativas. Uma comunicação que, nas realidades analisadas, é necessariamente dialógica e não depende de meios tecnológicos para se concretizar.

REFERÊNCIAS

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica.** Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

CADAVID BRINGE, A. Los actuales debates sobre comunicación, desarrollo y cambio social. In: CADAVID B., A.; GUMUCIO DAGRON, A. (Orgs.). **Pensar desde la experiencia. Comunicación participativa en el cambio social.** Bogotá: Uniminuto, 2014. p.37-54.

CHAPARRO, M. **Claves para repensar los medios y el mundo que habitamos.** La distopía del desarrollo. Bogotá: Desde Abajo, 2015.

DELIBERADOR, L. Y.; RAMPAZZO, A.C. Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa de assentamento do MST. **Comunicação & Educação**, USP, ECA, a.XI, n.3, p.341-352, set. 2006.

ESTEVA, G. **Más allá del desarrollo: la buena vida.** América Latina en Movimiento, Quito, ano 33, n. 445, p. 1-5, jun. 2009.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GONZÁLEZ, J. A. **Entre culturas e cibercultur@s: incursões e outras rotas não lineares.** São Bernardo do Campo: Metodista, 2012.

GUMUCIO-DAGRON, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. In: PEREIRA G., J.M.; CADAVID B., A. (Eds.). **Comunicación, desarrollo y cambio social.** Interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios. Bogotá: Pontificia Univ. Javeriana, 2014. p. 19-35.

GUMUCIO-DAGRON, A.; Tufte, T. Raíces e importancia: introducción. In: Gumucio-Dagron, A.; Tufte, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social.** New Jersey/La Paz: Communication for Social Change Consortium/ Plural, 2008. p. 16-45.

MARÍ SÁEZ, V.M. **Comunicaciones ininterrumpidas.** Madrid: PPC, 2016.

O TERRITÓRIO. Portal da Cidadania. (s.d.) Disponível em:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/borboremappb/one-community?page_num=0>. Acessado em: 13 jun. 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na Construção da Cidadania.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: Monteiro Neto, A. (Org.). **Sociedade, política e desenvolvimento.** Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes, Livro 2. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.

PERUZZO, C.M.K; GONZÁLEZ, J.A. Agroecología y antroponomía en movimientos sociales de Brasil: “Si los demás están bien, yo estoy mejor”. **Interdisciplina**, v. 6, n.14, p.205-235, jan.-abr.2018, México, UNAM. Disponível em:
<http://www.revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/63387/55655>.

SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir.** Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador pos-constituyentes. Ecuador / Buenos Aires: Abya-YALA/ CLACSO. (2015).

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**: o papel da informação nos países em crescimento. 2. ed. Tradução de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

SERVAES, J. Introduction: participatory communication and research in development settings. *In*: Servaes, J.; Jacobson, T. L.; White, S., A. **Participatory communication for social change**. London: Sage, 1996. p. 13-25.

_____. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, UNESP, a. 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

SILVA, J.de S. **Hacia el ‘dia después del desarrollo’**. Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 2011.

VARGAS, T.; URANGA, W. Gestión de procesos comunicacionales. Una estrategia de intervención. *In*: CICALESE, G. (Coord.). **Comunicación comunitaria**. Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva. p.77-93. Buenos Aires: La Crujía, 2010.